

**Farmácia e farmacêuticos em São Paulo por um viés de gênero: Formação de alianças e delimitação de fronteiras.**

**Isabella Bonaventura de Oliveira<sup>89</sup>**

**Resumo:** Este texto apresentará algumas discussões que realizei em minha pesquisa de mestrado (em andamento), seguiremos os farmacêuticos paulistas que, através da fundação de associações científicas, revistas e instituições de ensino, buscaram criar um campo profissional separado da medicina, nos anos iniciais da Primeira República. Para tanto, esses grupos estabeleceram alianças com outros profissionais e também com os não-humanos, determinando, assim, quais conhecimentos e objetos povoariam suas práticas. Juntamente a esta busca por alianças poderemos perceber um movimento co-extensivo de delimitação de fronteiras: quem estaria autorizado a exercer esse ofício? Após a fundação da Escola de Farmácia (1898), observaremos como esse processo de institucionalização se misturou à um novo e controverso elemento: a formação de mulheres. Sendo assim, atentaremos como os grupos envolvidos na fundação da Escola (farmacêuticos, médicos e políticos paulistas) buscaram criar uma relação de coerência entre a formação de farmacêuticos e o fortalecimento de um *ethos* científico de neutralidade, esse último vinculado ao masculino (STENGERS, 2013). Observaremos por meio de quais estratégias e argumentos os discursos de fundação da Escola desejaram, de antemão relegar as futuras farmacêuticas a aturem junto às misturas, nos “bastidores” da prática científica que se desejava fundar. Entretanto, por fim, desejamos pontuar como, afastar as farmacêuticas do nobre momento da purificação científica (LATOUR, 1994) e do progresso, pode colocá-las num espaço mais potente e criador COM os não-humanos (DESPRET; STENGERS, 2011).

**Palavras – chave:** Farmácia; História de São Paulo; História das Ciências; Gênero; Mulheres nas ciências.

---

89 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (PPGHS-USP). Bolsista CAPES. Contato: isa.bonaventura@gmail.com

## **Apresentação**

Este texto seguirá os farmacêuticos paulistas que buscaram criar um campo profissional separado da medicina nos anos iniciais da Primeira República<sup>90</sup>. Para tanto, esses grupos buscaram estabelecer quais conhecimentos e objetos povoariam suas práticas, assim como, quem estaria autorizado a exercer esse ofício. Para tanto, os farmacêuticos paulistas desejavam fundar um território dentro do qual se pudesse afirmar e, sobretudo, definir o que seria “A Farmácia” e “O Farmacêutico”.

Nesse momento, podemos observar a fundação, na cidade de São Paulo, de uma sociedade científica voltada especificamente à discussão de temas de interesse aos farmacêuticos: a Sociedade Farmacêutica Paulista (1894). Tal instituição passou a veicular, a partir de maio de 1895, seu periódico oficial: a Revista Farmacêutica de São Paulo e também se envolveu na fundação do primeiro curso farmacêutico do estado: a Escola de Pharmácia (1898). Este texto, assim como o trabalho de pesquisa que o envolve, discutirá como o processo de institucionalização da farmácia em São Paulo foi permeado por discussões de gênero desde seus primeiros momentos, principalmente após a fundação da Escola.

Na passagem para o século XX, os farmacêuticos paulistas organizaram-se com o objetivo de separarem-se institucionalmente da medicina, que mantinha papel político preponderante e destaque nas instituições de ensino<sup>91</sup>. A proeminência do saber médico

---

90 Este texto apresentará alguns aspectos trabalhados em minha pesquisa de Mestrado (em andamento desde fevereiro de 2015): “Pensar a Farmácia em São Paulo por um viés de Gênero (1895 – 1916)”. Neste momento, discutiremos articulações entre ciência e gênero no período entre 1895 e 1899.

91 A Farmácia foi introduzida nos espaços acadêmicos em 1832, como curso anexo das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Ao longo do século XIX, a única instituição de ensino voltadas exclusivamente à formação em farmácia era a Escola de Farmácia de Ouro Preto, fundada em 1839 (POUCHET-CAMPOS, 1949).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

relacionava-se fortemente às políticas de cunho higienista que já ganhavam espaço nas décadas finais no Império (MARRAS, 2004, p.99):

Métodos e prescrições da medicina coadunavam-se com o declarado esforço civilizatório oficial de então. Sanear ou higienizar a população diria respeito a educar, progredir, civilizar - todas as noções irmãs, capítulo inseparáveis da história recente da civilização do Brasil.

Tal dinâmica intensificou-se no início da Primeira República, na medida que a educação e a saúde adquiriram relativa centralidade nos debates e projetos políticos, sendo citados como elementos indispensáveis ao progresso nacional (SILVA, 2014). É em debate com essa escalada da autoridade médica que os farmacêuticos paulistas desejavam demarcar um espaço institucional, frisando como poderiam contribuir à esse processo político de caráter modernizador.

Nossa discussão desconfiará da estabilidade que a farmácia dispõe atualmente, sendo apresentada ou como resultado linear e progressivo das políticas modernizadoras da Primeira República (ações sociais), ou enquanto atividade que resulta de um olhar objetivo – e neutro – sobre uma ‘natureza’ já existente (atividade científica). Sendo assim, acompanharemos como esse movimento (a fundação de um território) não se fez apenas com farmacêuticos, mas através de alianças com outros grupos profissionais (médicos, políticos, farmacêuticos não associados ou residentes no interior) e, sobretudo com os não-humanos (compostos químicos, remédios “acabados”, objetos de laboratório, vidrarias, balanças, balcão da farmácia). Em diálogo com Bruno Latour, consideramos que (LATOUR, 2014, p.132):

*La historia de las ciencias no se cansa de mostrarnos mediante qué tanteos, qué zigzags, los colectivos eruditos alcanzan esta correspondencia, ese ajuste con los seres del mundo. El acceso a algún objeto alejado del mundo depende, ya lo hemos visto, de un entramado de múltiples intermediarios y del deslizamiento rápido pero siempre arriesgado de una constante. (...) exigen un largo aprendizaje que*



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

*siempre se hace por ensayo y error. Su movimiento se parece más a la agitación de un hormiguero que al paso de un tren de alta velocidad.*

Nos afastaremos de qualquer abordagem que nos leve a crer na existência de uma substância anterior ao processo associativo, ou em uma verdade sobre a farmácia que já estivesse incutida nos procedimentos dos agentes de seguiremos. Desejamos analisar quais processos, debates e discordâncias atuaram na composição de um campo profissional específico aos farmacêuticos na República (VARGAS, 2007, p.37):

Isso não quer dizer que acordos não ocorram, que harmonias não sejam estabelecidas, que não haja ordem em parte alguma. Não se trata em recusar existência aos processos de composição. Trata-se justamente do contrário, isto é, de tratá-los com o devido respeito: eles não são dados primeiros, mas exatamente aquilo que é necessário explicar, eles não nascem prontos, mas são exatamente aquilo que é preciso constituir.

Ao longo deste texto, nos concentraremos nos primeiros anos de atividade da Sociedade Farmacêutica, entre 1895 e 1899. Nesse momento, observaremos como os associados buscaram definir - e perpetuar - o que seria a Farmácia científica, ou seja, quais regras e métodos deveriam ser seguidos pelos farmacêuticos ao relacionarem-se com seus objetos. A discussão de gênero estará presente no momento em que abordarmos a fundação da *Escola de Pharmácia* e nos permitirá observar o encontro entre as noções de feminino (vinculado à hesitação, subjetividade, maternidade, corporificada) e a ética científica que se ansiava fundar (masculina, objetiva, dominadora, sem-corpo ou universal).

### **Farmácia em São Paulo – Um novelo de Redes**

Com o objetivo de promover alianças entre profissionais da capital paulista e do interior, a *Revista Farmacêutica*, em seu editorial, enalteceu a importância de um posicionamento coletivo para o fortalecimento deste grupo na República (EDITORIAL, 1895, p.1):



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Como foi que os nossos colegas d'além mar [europeus] conseguiram elevar a nossa classe? Instruindo-se, formando associações e criando revistas profissionais. Trataremos, pois, de imitá-los e conseguiremos certamente o nosso *desideratum* [desejo]. (...) Como associados, já temos sido atendidos com imediatas e necessárias soluções pelos altos poderes do Estado, e aquilo que assim conseguimos talvez não nos fosse possível alcançar por meio de um simples pedido individual.

A *Revista* se apresentou como espaço destinado ao diálogo entre colegas de profissão, que compartilhariam experiências sobre a manipulação de medicamentos, as relações com o público e com outros profissionais na área da saúde. Ao longo dos artigos, a prática farmacêutica era citada como um saber-fazer científico e que deveria ser partilhada entre os assinantes (D'Azir, 1895, p.14):

De mais, a nossa classe, meus amigos, ressentia-se mesmo da falta de um órgão que a ela se dedicasse, e precisavam os farmacêuticos de São Paulo de um jornal que levasse de um lugar a outro, de cidade em cidade, assim como que uma visita que um colega deve fazer a outro colega, um recado, uma notícia, espalhando por esse modo, - único possível - entre todos, o fruto do trabalho científico e prático e cada um.

A *Revista Farmacêutica* aparecia com a proposta de se tornar um espaço de sociabilidade e compartilhamento de práticas profissionais. Ao longo de seus artigos notamos a presença de “manipulações corriqueiras” como a preparação e conservação de um xarope, pílula ou limonada gasosa, até a apresentação de compostos desconhecidos e que poderiam ser incorporados pelo farmacêutico em seu estabelecimento. Através das publicações deste periódico, observaremos as estratégias por meio das quais a Sociedade tentou definir como os farmacêuticos deveriam se relacionar com as substâncias, instrumentos de trabalho e plantas, a fim de criarem e reproduzirem medicamentos que beneficiassem a saúde pública.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Com a intenção de demarcar qual seria a contribuição da Farmácia para República, diversos artigos da Revista aproximaram a prática farmacêutica das concepções de conhecimento científico e progresso nacional. Nesse momento, tanto a química quanto a botânica foram evocadas como conhecimentos inerentes à prática farmacêutica, e tornaram-se o foco de diversos artigos que discutiam as possibilidades terapêuticas dos compostos químicos e da flora nacional. Estas temáticas ganharam destaque nas seguintes sessões: *Prática Farmacêutica*, *Formulário* (descrição das fórmulas dos medicamentos), *Pharmácia e Química*, que se dedicaram à descrições de como dosar substâncias, recolhê-las, diluí-las, saturá-las, assim como, conhecer, classificar e instrumentalizar as virtudes terapêuticas da flora nacional.

Nesse sentido, podemos citar o artigo *Phospho-glycerato de Cal* (junho de 1895) que destacou a relevância deste sal na terapêutica europeia e as possibilidades de sua implantação nas farmácias nacionais (PHOSPHO-GLYCERATO, 1895, p.31):

Na Europa seu uso vai ser vulgarizando cada vez mais, e os numerosos preparados farmacêuticos com base no glicero-phosphato de cal têm tido boa aceitação. Vêm, pois, em boa ocasião, as ligeiras considerações que a 'Revista Farmacêutica' apresenta aos seus leitores.

Através da compilação de experimentos realizados na França, este artigo expôs uma breve "trajetória histórica" de como o *Phospho-glycerato de Cal* era obtido. Para tanto, descreveu-se que em tempos antigos um cachorro era submetido à alimentação exclusiva por ossos e: "assimilando a substância gelatínea, que é alimentícia, o cão defecava a mistura do phosphato e carbonato de cal, mistura esta a que davam o nome de *album graecum* ou *stercus caninum album* e que era muito preconizada pelos Esculápios daqueles tempos." (Idem). Embora esta técnica tenha sido mencionada pelo artigo como algo que pertenceria a um passado distante, no trecho seguinte, percebemos que este procedimento era mobilizado contemporaneamente à Revista e foi ativamente descartado pelos redatores, que não o reconheceram como método válido na obtenção do Glicerofosfato de cal: "Ainda

em nossos dias, há muitos que usam d'este singular medicamento: nós, porém, não os acompanhamos, e, se precisarmos de algum reconstituente, não queremos que nos fallem no tal – *Album graecum*; servir-nos-emos do glycero-phosphato de cal, de que vamos nos ocupar.” (Idem.).

Em seguida, outros dois procedimentos para obtenção do Glicerofostato de Cal foram descritos, sendo que o primeiro apesar de ser (Ibiden, p.31-32)

muito interessante debaixo do ponto de vista da physiologia e da química pura, e que eram suficientes quando se tratavam apenas de experiências de laboratório, estão longe se ser utilizados na prática, agora que os saes do ácido phosphoro-glycerico de cal ocupam um importante posto na terapêutica moderna.

O segundo método citado foi considerado o único capaz de aliar conhecimentos químicos, aspectos de fisiologia e as finalidades terapêuticas deste sal, tornando-o objeto de interesse e conhecimento do farmacêutico, que deveria saber fabricá-lo e possuí-lo em seu estabelecimento. Sendo assim, o artigo descreveu quais substâncias deveriam ser misturadas, suas respectivas proporções e temperaturas: “Ácido phosphorico líquido à 60° - 3 kilos; Glycerina Pura à 29° - 3,6 kilos. Mantém-se à temperatura de 100° e 110° durante seis dias consecutivos, agitando 3 a 4 vezes por dia.” (PHOSPHO-GLYCERATO, 1895, p.32). Também se abordou sob quais fórmulas este sal poderia ser utilizado na terapêutica: Solução de Fosfato de Cal<sup>92</sup>, Solução Gazona de Glicero Fosfato de Cal<sup>93</sup>, Xarope de Glicero Fostato de Cal<sup>94</sup> e Pastilhas de Glicero Fosfato de Cal<sup>95</sup>.

---

92 “Glycero ph. De cal - 10 a 30 grammas; Água destilada - 1L.” (PHOSPHO-GLYCERATO, 1895, p.33).

93 “Glycero Phosphado de Cal - 10 a 30 gr.; Ácido cítrico – 5 a 7 gr.; Bi-carbonato de soda – 4 gr.; Água destilada – 1 L.” (Idem.).

94 “Glycero Phosphado de Cal - 10 gr.; Ácido cítrico – 1 gr.; Assucar branco – 610 gr.; Água destilada – 340 gr.” (Idem.).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Ao longo desse mesmo artigo, um dos métodos mobilizados na obtenção do composto foi escolhido como o melhor na “produção das certezas” (LATOUR, 2001, p.46) que os farmacêuticos necessitariam. Sendo assim, o artigo não se limitou a expor diferentes técnicas, mas, elegeu aquela que além de integrar procedimentos químicos, fisiológicos e terapêuticos, poderia ser replicada posteriormente.

Nesse sentido, observamos a tradução dos compostos manipulados, tornando-os signos (fórmulas, inscrições numéricas e relações de proporção) e colocando-os à disposição dos leitores da Revista, que eventualmente poderiam “retraduzí-los” - realizando em suas farmácias as reações químicas concretas que levariam à obtenção do Glicerofosfato de Cal. Em diálogo com Bruno Latour, desejamos observar como a circulação de um “valor de verdade” nos artigos da *Revista* se faz por meio de traduções - que se forem seguidas em seus diferentes passos e saltos - possibilitariam a reprodução dos experimentos químicos relatados (LATOUR, 2001, p. 86):

Uma propriedade essencial dessa cadeia é sua necessidade de permanecer reversível. A sucessão de etapas tem de ser rastreável, para que se possa viajar nos dois sentidos. Se a cadeia for interrompida em algum ponto, deixa de transportar a verdade - isto é, deixa de produzir, de construir, de traçar, de conduzir a verdade.

Em relação à sessão *Pharmácia e Química*, destacamos a coletânea de dez artigos escritos pelo farmacêutico Cristóvão Buarque de Holanda, entre maio de 1895 e fevereiro de 1896, intitulados *Analyses de Urina* (HOLANDA, 1895). Ao longo destas publicações o autor analisou e descreveu substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem a urina humana. Dentre os componentes da urina, a ureia e o ácido úrico foram os mais citados, sendo descritos por meio dos seguintes tópicos: fórmula, estado natural, caracteres,

---

95 “Glycero Phosphado de Cal – 0,15 a 0,30 gr.; Chocolate em pó – 1gr.; Xarope simples q.b. [quanto baste]”. (Idem.).

combinações, pesquisas, preparação, dosagem, quantidade média existente no corpo e ação dos medicamentos.

Ao longo dessa coletânea observamos, novamente, a presença da química como fio condutor das traduções realizadas por Holanda, que transformou a urina em signos traduzindo-a em fórmulas, equações, descrição textual de sua cor e cheiro. Ao submeter a urina “critérios de demonstração” (BENSAUDE-VINCENT; STENGERS, 1993, p.13) oriundos da química, Holanda tornou-a um objeto do saber farmacêutico, criando um pequeno roteiro sobre o assunto. O autor também utilizou o espaço da Revista, e seu alcance junto à profissionais do interior, para fornecer aos farmacêuticos leitores uma espécie de manual para ser consultado a qualquer momento.

As descrições realizadas em *Analyses de Urina e GlyceroFosfato de Cal*, referenciaram, a todo momento, laboratórios, leis e elementos químicos, cálculos de proporções e de tempo. Sendo assim, percebemos o esforço do conselho editorial em aproximar a prática farmacêutica dos critérios de validação científicos importados da química.

Por meio do artigo *Breves Considerações sobre a Aroeira* (Maio de 1895), de Luís de Queiroz, discutiremos a mobilização de alguns métodos importados da botânica (descrição e classificação das plantas e suas partes) no estabelecimento de uma imagem do farmacêutico como cientista a serviço da República. Esse texto descreveu características morfológicas da árvore *Schinus Terebinthifolius* (nome popular: Aroeira-vermelha)<sup>96</sup> e

---

96 “*Schinus terebinthifolius* foi primeiro citado pelo nome indígena como medicinal por Piso, holandês que visitou o nordeste em 1637 - 1644 (Brandão et al., 2008) e consta entre seis espécies registrados pelo médico João Ferreyra da Rosa na sua campanha contra o que parece ser febre amarela em Pernambuco descrita em 1694 (Almeida et al., 2008). A planta está entre as 39 espécies medicinais citadas por naturalistas que viajaram por Minas Gerais no século 19, entre eles von Martius e St. Hilaire, e que são listadas na 1ª Farmacopéia Brasileira (Brandão et al., 2008). O médico Alfredo da Matta cita o uso do decocto e da resina da casca como antifebril e antireumático, respectivamente (Da Matta [1912], 2003) e Chernoviz descreve o uso do decocto da casca em banho contra o edema nas pernas e cita o emprego da resina das folhas

apontou as potencialidades terapêuticas e industriais que poderiam ser exploradas pelo farmacêutico na sua utilização. Nesse sentido, o autor destacou os produtos terapêuticos advindos da aroeira que eram fabricados em seu próprio laboratório (QUEIROZ, 1895, p.11): “Aqui em São Paulo, distintos clínicos, a meu pedido, têm empregado a essência, o hydrolato e o xarope de aroeira, preparados em meu laboratório, em diversos casos de bronchites, cystites, etc., e todos são unânimes em proclamar os seus bons efeitos.”.

Além de discutir as potencialidades deste gênero da flora nacional para a terapêutica, Luís de Queiroz também abordou as vantagens que os industriais poderiam adquirir caso voltassem sua atenção aos gêneros brasileiros (Idem):

Porque, pois, não aproveitamos este utilíssimo vegetal, tão abundante em nossos campos? Chamo para ele a atenção, não só dos meus colegas e da classe médica, como também dos industriais que ahi têm uma grande fonte de renda. A essência de teberentina que é importada em larga escala, a resina, a colophonia, o alcatrão vegetal, o creosote, a potassa, e até o gaz de iluminação, todos esses produtos podem ser fornecidos por esta preciosa planta.

Através dos trechos acima, observamos as estratégias da *Sociedade* para estabelecer a Farmácia como campo disciplinar específico e atuante no contexto republicano, ou seja, fundar um território. Nesse momento, a prática farmacêutica foi descrita como indissociável de um conjunto de traduções e fundamentos teóricos importados da química e da botânica. Através deste alinhamento de forças que misturava fórmulas químicas, cálculo de proporções e descrições da flora (morfologia e aplicação industrial), farmacêuticos associados, leitores e autores da *Revista*, delimitava-se, progressivamente, quais seriam as práticas de investigação legítimas e os objetos de interesse do farmacêutico.

---

desta e de outras espécies do gênero em emplastro para o reumatismo, ou sobre úlceras (Chernoviz, [1920], 1996).” (GILBERT; FAVORETO, 2011, p.44).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Qualificar a farmácia como campo disciplinar específico seria um passo estratégico na formação de alianças com profissionais do interior, na medida que se propagava a ideia de que farmácia científica seria comum a todos e a mesma em todas as localidades. Os redatores a Revista ansiavam tornar a prática farmacêutica: “uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor.” (FOUCAULT, 2014, p.29). Sendo assim, a determinação de quais práticas, saberes e objetos seriam adequados aos farmacêuticos foi acompanhada de um discurso de cientificidade que apagava a autoria - as misturas realizadas - e, simultaneamente, incluía neste grupo aqueles que aceitassem mobilizar os caminhos preconizados pela *Revista*, independente da região em que habitassem.

Dotar a farmácia de um território específico também significava garantir que “haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (Idem.). Tal movimento explicita-se em *Prática Farmacêutica* (maio de 1895), artigo no qual Ignacio Puiggari defendeu que a reunião dos relatos publicados na Revista estabeleceria, progressivamente, um saber “sólido”: “Não podem todos fazer grandes descobertas, mas mesmo como simples operários, não devemos deixar de colocar nossa pequena pedra para o grandioso edifício da ciência.” (PUIGGARI, 1895, p.11).

Em diálogo com Isabelle Stengers (2013) e Donna Haraway (1995), desconfiemos da concepção de progresso científico evocada pela *Sociedade*, segundo a qual o farmacêutico (homem-cientista) seria um observador distanciado, que apenas revelaria sinais (ideias) já existentes na natureza. Segundo essas autoras, a noção progressista de ciência, carrega consigo um dualismo no qual em uma extremidade estaria o cientista - ser “não marcado”<sup>97</sup>, possuidor de um ponto de vista privilegiado, distanciado, sem hesitações,

---

97 Segundo Despret e Stengers (2011, p.34) “Il y a un genre ‘non-marqué’, qui se présente comme ‘normal’, et par contraste avec lequel se définit le ‘genre marqué’. La différence entre marqué et non-marqué se trouve chaque fois qu’une catégorie est ‘invisible’, ce qu’elle désigne devenant synonyme d’étalon

vinculado ao masculino e ao universal – e, na outra, encontrar-se-iam os seres “marcados” – que se misturariam com os objetos de estudo, subjetivos, femininos e hesitantes. As autoras também destacam que, se observarmos as atividades científicas de perto, seremos capazes de perceber como esses princípios de distanciamento, neutralidade e domínio da natureza não são seguidos, nem pelos próprios cientistas que os defendem, na medida que (HARAWAY, 1995, p.37):

O mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador. Os códigos do mundo não jazem inertes, apenas à espera de serem lidos. O mundo não é matéria-prima para humanização (...) O mundo encontrado nos projetos de conhecimento é uma entidade ativa. Na medida em que uma explicação científica tenha sido capaz de se relacionar com esta dimensão do mundo como objeto de conhecimento, um conhecimento fiel pode ser imaginado e pode nos solicitar.

Em seu artigo, Puiggari citou o compartilhamento de experiências na *Revista* como fator que possibilitaria a união entre farmacêuticos, compreendidos como cientistas voltados ao progresso (acumulação) científico(a). Entretanto, nesta mesma publicação, quando o autor descreveu os procedimentos para obtenção de uma “limonada gazoza de citrato de magnésia” (PUIGGARI, 1985, p.12), percebemos que não há espaço para a idealidade de um “olhar distanciado” no laboratório farmacêutico, tampouco há uma “verdade da natureza” que se manifestaria “por ela mesma”. Sendo assim, esse profissional necessitou comunicar-se, misturar-se, com as vontades de suas substâncias, assim como, propor soluções a cada nova situação que lhe aparecia (Idem):

---

permettant de caractériser ce qui ‘marque’ ceux et celles qui s’écartert de la norme. Ainsi la catégorie ‘homme’ est considérée comme un universel, le fait qu’elle ne désigne en fait que 45% de l’humanité est invisibilisé”. Haraway chama essa objetividade “sem corpo” do cientista de ‘truque de deus’, permitindo ao pesquisador – vinculado ao masculino - ver tudo como se não possuísse um corpo, ou seja, sem comprometer-se ou situar-se. (HARAWAY, 1995, p.20).



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Coloca-se na garrafa a solução ácida de citrato de magnésia devidamente adoçada, juntam-se quatro gramas de bi-carbonato de soda, arrolha-se e amarra-se a tampa com rapidez. São evidentes as dificuldades que apresenta este sistema, pois, logo que o bi-carbonato se põe em contanto com o líquido ácido, desenvolve-se rapidamente o gaz ácido carbônico, e é durante essa efervescência que o operador deve comprimir o gaz, tapando a garrafa com uma rolha de cortiça e amarrando-a imediatamente. Esta operação apresenta sempre dificuldades, por serem poucos os que tem a destreza suficiente; o menor descuido, a mais insignificante imperfeição da rolha, dão como resultado escapar-se o líquido impetuosamente da garrafa molhando a mesa de trabalho e o operador, que fica em posição tristemente ridícula. É preciso, portanto, recomençar o trabalho, dando-se consequentemente a perda de tempo e o desperdício de materiais. As manipulações do farmacêutico devem ser feitas sempre com firmeza sem receio de eventualidades, dominando a substância em vez de ser por elas dominado (p.12).

Na descrição realizada por Puiggari, percebemos que o farmacêutico só consegue efetivar seus estudos no momento em que se relaciona com seus objetos, manipulando-os (diluições, saturações, fervura, cortes) e traduzindo-os em fórmulas, classificações botânicas e receituários para uso geral,<sup>0</sup> pois “o transporte de uma verdade só se sustenta devido a movimentos existentes dentro de uma cadeia, caso essa cadeia se rompa, a verdade não mais se sustenta.” (LATOIR, 2001, p.86-87).

A partir desse tipo dessas descrições, torna-se possível uma visão diferenciada do processo – nem um pouco linear - de institucionalização da Farmácia em São Paulo. Consideramos que, nesse momento, o que estava em jogo não era somente a busca desinteressada pela verdade na produção dos medicamentos, mas sim os meios pelos quais esses remédios seriam obtidos. A escolha das cadeias de referência e traduções propostas pela química e botânica, seria um passo importante nesta articulação científico-política, que visava criar a imagem do farmacêutico-cientista.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Os artigos publicados neste primeiro momento da *Revista Farmacêutica*, ao delimitarem quais conhecimentos e técnicas deveriam ser mobilizados pelos farmacêuticos em suas práticas quotidianas, também criavam um espaço de exclusão, na medida que qualquer procedimento que não obedecesse aos critérios químicos ou botânicos era considerado falso. Conforme observamos no artigo *Bi-carbonato de Sódio* (Agosto de 1896) escrito por Ignácio Puiggari (1896, p.57):

Em algumas farmácias ignora-se que este sal decompõe-se a uma temperatura de 70 graus para cima, e sendo, como é, pouco solúvel, alguns práticos<sup>98</sup> tratam-no com a mesma sem cerimônia com que é tratado o chlorato de potássio; isto é, para dissolvê-lo empregam água fervendo. (...) A indevida tolerância que existe, infelizmente, de consentir que pessoas ignorantes em química tenham pharmácia aberta ao público, tem sido causa d'este e de muitos outros erros que naturalmente hão de produzir graves consequências para a saúde dos doentes obrigados a ingerir medicamentos assim preparados.

Ao criticar o exercício da farmácia por pessoas que não mobilizariam procedimentos químicos, Puiggari insere essa profissão em um campo de saber específico e, sobretudo, capaz de categorizar as demais práticas em circulação no período como inapropriadas, falsas e ineficazes.

A fundação de uma faculdade seria um passo estratégico nesse processo co-extensivo de formação de alianças e delimitação de fronteiras, pois uma instituição de ensino formaria profissionais que agiriam – se relacionariam com seus objetos - segundo

---

98 Os “Práticos” são os profissionais que trabalhavam em farmácias sem possuírem diploma de Curso farmacêutico.

“critérios de demonstração” e “regras de validação” (BENSAUDE-VINCENT; STENGERS, 1993, p.13) herdadas da química e da biologia.

A intenção era expandir a quantidade de farmacêuticos formados atuando no mercado de trabalho paulista e, sobretudo, normatizar as futuras gerações de farmacêuticos “cientistas”, que seriam treinados para dominarem seus objetos segundo determinados critérios de objetividade: sem hesitações ou discordâncias (Stengers, 2013). Conforme observamos em *Escola de Pharmácia* publicado em setembro de 1898 (ESCOLA, 1898a, p.87): “Só pela escola teremos entrada franca no majestoso templo da ciência, só por ela ensinaremos os nossos discípulos a serem mestres: seremos grandes, respeitados e veremos, orgulhosos, a ciência pharmaceutica progredir no Brasil. ”.

#### **Gênero e Prática Científica – *A Escola de Pharmácia de São Paulo.***

A fundação de uma Escola de Farmácia além figurar entre os propósitos da *Sociedade*, foi fruto de intenso debate na *Revista Farmacêutica* e em outras publicações científicas do período. Os debates acerca da instalação da Escola ganharam força após a publicação do editorial de agosto da *Revista Médica de São Paulo*, redigido pelos diretores, Arthur Mendonça e Victor Godinho. Esse artigo defendia a criação de uma Escola de Farmácia e Arte Veterinária na capital paulista, argumentando que enquanto não se lograsse a criação de uma Faculdade de Medicina<sup>99</sup>, a ciência em São Paulo poderia ser estimulada através de outros cursos.

Após a publicação deste artigo em setembro de 1898, as discussões sobre a instalação da Escola em São Paulo tomam as páginas na *Revista Farmacêutica*<sup>100</sup> e novos

---

99 Márcia Silva (2014) descreve os interesses conflitantes, disputas curriculares e por liderança que levaram a criação da Escola de Medicina e Cirurgia a se efetivar apenas em 1913.

100 Destaca-se que desde o primeiro momento, os membros da Sociedade Farmacêutica desconsideraram a proposta de anexação do curso de veterinária: “Agradecemos muitíssimo a redação da



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

arranjos, agentes e combinações de forças vieram à cena. Nesse momento, embora a separação da medicina fosse uma das principais pautas da *Sociedade*, a fundação da Escola de Farmácia efetivou-se através de alianças com alguns médicos paulistas. Dentre eles destacaram-se Cesário Mota, Victor Godinho (diretor da Revista Médica de São Paulo) e, principalmente, Bráulio Gomes, considerado pelos próprios farmacêuticos como grande interventor pela fundação da Escola de Farmácia (ESCOLA, 1898d, p.137): “Um aliado cheio de acendrado devotamento, pôs ao serviço de nossa causa todo o seu prestígio, todas as luzes de seu talento e toda a sua atividade e, a esse aliado o Dr. Bráulio Gomes é a classe pharmaceutica devedora de uma gratidão eterna.”.

Em reunião realizada em outubro de 1898, no prédio da Câmara Municipal, a criação da Escola foi discutida e aprovada, esta conferência contou com a presença de médicos, farmacêuticos, dentistas<sup>101</sup>, políticos do período e autoridades sanitárias. A grade curricular da Escola privilegiou o ensino de química, botânica, matéria médica, contando também com algumas noções de física e legislação farmacêutica. Sendo assim, as disciplinas e a concepção de Farmácia que seriam ensinadas às futuras gerações correspondiam critérios de cientificidade propagados pela *Revista Farmacêutica* desde 1895.

A partir da reunião realizada em outubro de 1898, podemos observar em que momento o processo de formação de um território - institucionalidade – para a farmácia paulista misturou-se a mais um elemento: a formação de mulheres farmacêuticas. Ao longo dos discursos proferidos nesta ocasião, notamos o estímulo para que as jovens em busca de

---

Revista [Revista Médica de S. Paulo] o apoio que nos promete nesse sentido, porém pedimos vênias para declinar da anexação da Arte Veterinária. (ESCOLA, 1898c, p.77).

101 Durante a reunião que decretaria a criação da Escola, destacamos a recusa por quase unanimidade da proposta realizada pelo dentista João Damasceno de Magalhães “no sentido de criar, anexa à Escola de Livre Farmácia, uma Escola de Cirurgia dentária.” (ESCOLA, 1898d, p.140). A união dos cursos só se efetivaria em 1903.

instrução procurassem se integrar ao corpo de estudantes da nova *Escola de Farmácia*. Conforme observaremos em discurso do médico Amâncio de Carvalho cujos fragmentos foram publicados pela *Revista Farmacêutica* em outubro de 1898 (ESCOLA, 1898d, p.101):

Explicando a razão de seu aparte, falou sobre o pouco escrúpulo que há em certas farmácias, que entregam as receitas dos médicos a práticos muitas vezes ignorantes com grande detrimento da saúde do povo, e acrescentou desejo que a nova escola diplome homens que conheçam bem a sua profissão e as responsabilidades que delas recorrem e que lhes cabem, ocupando-se então da utilidade de serem aproveitadas senhoras, que considera bastante escrupulosas e honestas, para exercer a profissão de farmacêutica, preconizando com entusiasmo essa ideia que presidiu a fundação da escola.

Carvalho caracterizou as futuras estudantes como “escrupulosas” e “honestas”, citando-as como agentes “úteis” para a Escola, na medida que atuariam na perpetuação da prática farmacêutica ensinada nesta instituição. Percebemos como este discurso tentou “explicar” a presença de alunas em um ambiente voltado à formação de cientistas e à consequente promoção do progresso nacional. Para tanto, o médico buscou estabelecer uma relação de coerência<sup>102</sup> entre a Escola e as futuras alunas, identificadas, substancialmente, como “mulheres”, ou seja, grupo homogêneo e que, essencialmente, se caracterizaria pelo anseio à maternidade e casamento, assim como, possuiria uma lógica de ação perpassada pelas concepções de delicadeza, fragilidade e hesitação.

---

102 As relações de coerência citadas acima são consideradas em diálogo com Judith Butler. A autora discute a recorrente e, muitas vezes, insuspeita, classificação binária de atributos e práticas entre masculinas ou femininas: “A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário e oposicional.” (BUTLER, 2015, p.52).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Em seus estudos, a historiadora Ana Paula Vosne Martins argumenta que os temas da maternidade e do casamento adquiriam centralidade na cena política em meados do século XIX. Segundo a autora, políticos, médicos e intelectuais do período voltaram sua atenção à mulher brasileira, apontada como a principal mediadora entre o estado e os filhos, futuros cidadãos. Martins afirma que nesse momento o corpo feminino se tornou objeto dos estudos médicos e, gradativamente, passou-se a estimular que a educação das jovens se voltasse a conhecimentos de higiene aplicados aos cuidados domésticos (MARTINS, 2004).

Martins também destaca em que medida este papel político adquirido pelas brasileiras e seu conseqüente estímulo à instrução não significariam, em si mesmos, uma emancipação social e simbólica. A imagem da “mãe higiênica” embora promovesse uma aproximação entre mulheres e saber científico, mantinha no matrimônio sua principal finalidade. Em diálogo com a autora, podemos refletir como a instrução das mulheres era vista pelos políticos e intelectuais dezenovistas enquanto ação que intermediaria a família e o Estado, resultando na “criação” de homens saudáveis, esses últimos incumbidos de promover o progresso nacional.

Tal concepção da mulher (entendida como futura mãe e esposa) frente ao Estado se reorganiza na medida em que observamos sua circulação em São Paulo na passagem para o século XX. Os estudos de Mônica Schpun apontam como, nesse momento, houve uma espécie de “vontade de modernização”, pois as moças habitantes da cidade não desejavam possuir a mesma condição de vida de suas avós e mães. Essas jovens buscariam obter diplomas que lhes garantissem uma profissão, acesso à instrução e maior circulação na cidade. Tal grupo incluía as leitoras e escritoras de revistas como *A Mensageira*.

Schpun pondera que embora a sociabilidade urbana, a circulação de revistas e folhetins contestassem um passado agrário e conservador que deveria ser abandonado, as concepções de família e casamento conservaram sua importância. Não poucas vezes, as jovens de classe média, e sem dote, pleiteavam um diploma para obter um bom casamento

(SCHPUN, 1997, p.38). A autora, assim como Martins, debate como o aceso das jovens à instrução era visto como algo que beneficiaria a instituição familiar e, conseqüentemente, fortaleceria o Estado em vias de modernização. Essa imagem de “intermediárias invisíveis” também esteve presente nos discursos sobre a presença de alunas na *Escola de Farmácia*.

Conforme analisaremos a seguir, Carvalho e os demais médicos que discursaram sobre o ensino de mulheres na recém-criada instituição, citaram as futuras estudantes como parceiras e auxiliares no processo de normatização e institucionalização da profissão farmacêutica. Para tanto, os fundadores da Escola reativaram as concepções modernas da mãe e da esposa instruídas para “enaltecer” o papel deste grupo como mediadoras de um progresso que seria efetivado por outros – farmacêuticos, médicos, ou seja, entre os homens. Nesse sentido, no artigo *Escola Livre de Pharmácia* - publicado em dezembro de 1898 pela Revista Farmacêutica, Amâncio de Carvalho novamente argumenta (ESCOLA, 1898d, p.101):

A Escola de Farmácia pode também proporcionar à mulher brasileira mais uma aptidão à sua inteligência, mais um ramo de vida às suas justas aspirações. A eterna e boa companheira dos nossos dias, que já nos correios e nos telefonos tem tido ocasião de provar as suas aptidões, pode também aproveitar a profissão de farmacêutico colaborando conosco nos progressos do espírito humano. Quem melhor, pergunta o orador, poderia adoçar uma pílula.

Neste trecho, observamos, novamente, a visão de que as alunas deveriam mobilizar seus “atributos naturais”, em auxílio da profissão: cuidado com o lar, com os filhos ou até a habilidade de preparar uma refeição, comparada ao ato de formular uma pílula. Esse tipo de estímulo à adesão de alunas à Escola, também foi mobilizado por Bráulio Gomes na sessão de instalação da Escola, em fevereiro de 1899.

Novamente notamos a tentativa de tornar coerente o exercício profissional da farmacêutica. Para tanto, Gomes recorreu à relação, supostamente estável, entre “o

feminino” - tomado como essência - e o lar, argumentando como habilidades domésticas poderiam ser aproveitadas na gestão de uma farmácia (ESCOLA, 1899, p.176):

Outro grande fim da Escola de Pharmácia é diplomar – mulheres – formar farmacêuticas. É tempo de dilatarmos os horizontes para a atividade da mulher dar-lhes profissões mais liberais, mais intelectuais, mais e melhores elementos para a luta da vida. Dirigir seu lar; dirigir sua farmácia e acalentar seus filhos, poderá a mulher fazer com aquilo doce energia, com aquela rigosa brandura - paz de espírito e pureza de consciência, disputando com vantagem distintíssimo posto nas lutas pelo viver.

É importante considerar que os discursos de estímulo à formação de moças na Escola de Pharmácia não se restringiram às páginas da *Revista Farmacêutica*: a sessão de instalação da Escola, realizada em fevereiro de 1899, foi noticiada em diferentes veículos de imprensa, como o *Estado de S. Paulo* e a *Messageira*<sup>103</sup>. Em ambas publicações o discurso de Bráulio Gomes, citado acima, foi reproduzido na íntegra, este gesto além de realizar propaganda da Escola, também demonstra que o projeto de expandir o ensino farmacêutico às mulheres - de uma determinada camada social - era algo levado a sério e que efetivamente circulou na imprensa do período.

No número de maio de 1899, a revista *A Messageira* divulgou na sessão *Notas Pequenas*, ampla reportagem na qual retratava a solenidade de instalação da Escola de Pharmácia, assim como, as matérias que comporiam o curso e seu corpo de professores. Esta publicação também fez votos de que: “Da Escola de Pharmacia só saiam diplomadas senhoras que honrem em todos os sentidos o nome da mulher brasileira.” (SELEÇÃO, 1899, p.47). Através da análise destas publicações, percebemos como o estímulo à presença

---

103 Segundo Tânia Martins, historiadora da imprensa paulista, durante a primeira década do século XX, *A Messageira*: Revista Literária Dedicada à mulher brasileira era uma revista voltada ao público feminino das classes alta e média urbana (MARTINS, 2008, p. 375).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

de alunas na Escola buscava integrá-las e cerceá-las, de antemão, tanto às concepções essencialistas de “mulher” e “seus atributos naturais”, quanto aos anseios modernizadores e progressistas da ordem política republicana.

Ao longo deste processo de institucionalização promovido pela *Sociedade Farmacêutica* e seus aliados, acompanhamos como os grupos envolvidos na fundação da Escola mobilizaram as categorias de objetividade e neutralidade - vinculadas ao conceito masculino de progresso e avanço científicos – para agregar farmacêuticos formados e criar uma fronteira, entre quem poderia ou não atuar neste território. Através dos trechos acima, percebemos como os discursos oficiais Amâncio de Carvalho e Bráulio Gomes tentaram alinhar duas esferas consideradas incompatíveis: “as mulheres” e um espaço de ensino voltado desenvolvimento de uma prática científica e progresso nacional.

Donna Haraway (1995), Isabelle Stengers e Vinciene Despret (2011) destacam de que maneira as concepções de progresso e objetividade “não-marcada”, debatidos acima, serviram para afastar as mulheres de espaços voltados à formação de conhecimentos científicos (p.08):

*Aurions-nous aussi été confrontées à ce que l'on a appelé le 'plafond de verre', cette espèce de frontière invisible que, en moyenne et à diplôme égal, les hommes franchissent alors qu'il bloque la carrière des femmes? Les explications pour rendre compte de cette frontière invisible ne manquent pas et, d'abord, massivement, l'inégale répartition de charges familiales, mais aussi une foule de petites différences dont nous pouvons nous-mêmes témoigner, mais qui, pour nous, ne méritaient pas qu'on en fasse toute une histoire.*

Essas pequenas diferenças citadas por Despret e Stengers, seriam aquelas que não permitiram às mulheres (e outros grupos aliados dos espaços de produção científica) escapar de uma perspectiva parcial, impedindo-as, assim, de produzir conhecimentos “não-marcados” ou universais. Embora as mulheres que frequentem os espaços universitários

sejam citadas pelos palestrantes como grupo incapaz de estabelecer um olhar objetivo sobre a natureza, as autoras argumentam que o problema reside, justamente, na concepção universalista e “não-marcada” de objetividade propagada por essas instituições. Conforme coloca Donna Haraway (1995, p. 20-21):

Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva.

Conforme discutimos na primeira parte deste texto, o próprio fazer científico propagado pela *Revista*, ao mesmo tempo que difundia uma maneira linear e progressiva de conhecimento, também nos permitia acompanhar os saltos e discontinuidades que povoavam a prática do farmacêutico. Pois esse último necessitava envolver-se com as substâncias para, assim, conseguir traçar um “caminho do meio” entre seus objetivos – manipular um medicamento estável – e os anseios das substâncias em explodir, oxidar, vazarem dos recipientes de vidro, entre outros.

Consideramos que os discursos de estímulo à presença de alunas na Escola se encaixam nesta controversa dinâmica: alinhar uma instituição de ensino voltada ao progresso da ciência à presença de mulheres, compreendidas como grupo dotado de uma perspectiva marcada, voltada ao lar e às misturas. Sendo assim, às futuras farmacêuticas relegou-se, novamente, o papel de intermediárias silenciosas, que através de seu trabalho qualificado e disciplinado, contribuiriam para no desenvolvimento de uma farmácia científica e engajada com a manutenção da saúde coletiva: seja através da manipulação escrupulosa de uma pílula, seja na administração rigorosa e “honesta” de um estabelecimento de farmácia.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa e através da mobilização de mais fontes, buscaremos refletir e aprofundar de que maneira a categorização das alunas como auxiliares



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

ilustradas almejava circunscrever e, sobretudo, tutelar as atividades que estas profissionais possuiriam na Escola e depois de formadas, a fim de que elas não “perturbassem” a consolidação de um *ethos* científico para farmácia paulista. Tal posicionamento reafirmava o papel socialmente atribuído à mulher na promoção do progresso, pois ela deveria promover um trabalho disciplinado e constante segundo preceitos e normas científicas que ela não teria autorização de modificar, mas sim perpetuar silenciosamente. Em relação a este aspecto Despret e Stengers colocam (2011, p.33):

*Mais si elle resiste, c'est seulement parce que les filles peuvent désormais y obtenir les diplômes qui leur permettent de gagner leur vie. Mais qu'elles évitent d'y faire carrière dans les professions qui promettent prestige et influence. Qu'elles profitent de l'université pour acquérir des savoirs qui les émancipent effectivement, mais qu'elles restent aux marges. Car elles ne pourront modifier l'ethos que demandent ces professions: la rivalité agressive, la prostitution intellectuelle, l'attachement à des idéaux abstraits.*

Em diálogo com os trechos acima, desejamos debater como este lugar secundário reservado à farmacêutica na Escola (em relação à narrativa de progresso), também lhe designaria uma atuação estratégica dentro da prática científica que se intenta conformar. Pois levando em consideração os artigos publicados pela *Revista Farmacêutica*, observamos que embora os cientistas propagassem uma imagem de leitores neutros da “Natureza”, a interação com os objetos só se torna possível por meio de misturas e interações silenciosas, quotidianas e cuidadosas com as substâncias (STENGER, 2013).

Somente após misturar-se às substâncias, traduzindo-as (em tabelas, números, siglas), experimentando-as em diluições e temperaturas, estabilizando-as frente aos fatores climáticos, é que elas passariam pelo processo de purificação (LATOIR, 1994). A partir deste momento, o objeto da experimentação adquire uma narrativa histórica linear, segundo a qual o sucesso em seu processo de elaboração era algo “certo” e “verdadeiro” desde o início. As narrativas progressistas sobre a ciência rebatem esse último processo sobre toda a



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

prática científica, ocultando as misturas, hesitações e falhas inerentes à construção de qualquer conhecimento.

Com a fundação da Escola, seus dirigentes desejavam unificar a prática farmacêutica, alinhando-a à visão progressista e distanciada de objetividade, e também, tornando-a capaz de contribuir com o progresso nacional. Para que este objetivo “maior” fosse alcançado, tornava-se necessário tutelar, garantir e, posteriormente, purificar as funções “menores”<sup>104</sup>: ações cotidianas de misturar as substâncias, aviar medicamentos, administrar farmácias e se relacionar com os clientes. Nesse momento as mulheres, citadas como parceiras e auxiliares competentes, foram chamadas a atuar junto às misturas, nesse espaço de pouca visibilidade, mas ao mesmo tempo crucial à existência de um conhecimento farmacêutico científico, alinhado às substâncias e capaz de ser reproduzido. Assim como no âmbito das políticas públicas de estímulo à maternidade, observamos o desejo de que as moças contribuíssem silenciosamente à marcha do progresso, cumprindo suas tarefas na administração do lar e maternidade sem poder questioná-los.

O estímulo à presença de alunas na *Escola de Farmácia* nos permite debater concepções restritivas e essencialistas de gênero, visões universalistas que vinculam o conhecimento (entendido como progresso) ao masculino, e sobretudo, ocultam as misturas e hesitações necessárias à produção dos medicamentos. Nesse momento, os fundadores da Escola citaram as mulheres como intermediárias silenciosas, e apostaram que elas contribuiriam passivamente no progresso de ciência farmacêutica fundada na química e na biologia. Entretanto, o desenvolvimento desta pesquisa deseja debater e aprofundar como a presença destas agentes, chamadas a compor o silencioso, e estratégico, império do centro

---

104 Os conceitos de “maior” e “menor” são mobilizados em diálogo com a perspectiva de Gilles Deleuze. Sendo assim, ao afirmarmos que as mulheres foram relegadas a funções menores, desejamos ultrapassar a perspectiva de marginalidade e apontar a potência subversiva que este espaço, gesto ou ação possui frente ao “maior”, alinhado ao Estado Republicano, farmacêuticos vinculados à Revista, médicos. Sendo assim, entendemos como “menor” algo que aponta para fora e desloca as narrativas identitárias, essencialistas e de ciência purificada. (DELEUZE, 1997).



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

(*matters of concern*) (LATOURE, 1994), provocou novos questionamentos, experiências e deslocamentos aquilo que, convencionalmente, chamamos “A Farmácia”.

### Referências Bibliográficas

BENSAUDE-VINCENT, Bernadette; STENGERS, I. *História da Química*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

D’AZIR. De Mez em Mez. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

DELEUZE, G. *Gaguejou*. In: DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DESPRET, Vinciene; STENGERS, Isabelle. *Les faisseuses d’histoires. Que font les femmes à la pensée?*. Paris : La Découverte, 2011.

Editorial. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

Escola de Pharmacia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.05, setembro de 1898a.

Escola Livre de Pharmacia e Arte Veterinária e o projeto de regulamento para o exercício da Pharmacia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.05, setembro de 1898c.

A Escola Livre de Pharmacia. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.08, dezembro de 1898d.

Escola Livre de Pharmácia de S. Paulo – Sessão de instalação realizada 11 de fevereiro de 1899. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.4, n.10, fevereiro de 1899.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GILBERT, Benjamin; FAVORETO, Rita. *Schinus terebinthifolius Raddi*. Rio de Janeiro: *Revista Fitos*, vol. 6, n.1, 2011.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas: *Cadernos Pagu*, n.5, 1995.

HOLANDA, Cristóvão Buarque. Chimica e Pharmácia – Análises de Urina. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_. Capítulo 2 – A Referência Circulante Amostragem do solo da floresta Amazônica. In: LATOUR, Bruno. *A Esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Investigación sobre los modos de existência Una antropología de los modernos*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

MARRAS, Stelio. A propósito de águas virtuosas Formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2004.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A mulher no discurso médico e intelectual brasileiro*. In: *Visões do Feminino a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revisa Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890 – 1922)*. São Paulo: Edusp, 2008.

Phospho-glycerato de Cal. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.02, junho de 1895.

POUCHET-CAMPOS, Maria Aparecida. O Ensino Farmacêutico em São Paulo. Meio Século de Tradição de Progresso. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S.A. 1949.

PUIGGARI, Ignácio. Prática Pharmacêutica. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

\_\_\_\_\_. Bi-carbonato de sódio. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.2, n.04, agosto de 1896.



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

QUEIROZ, Luiz de. Breves Considerações sobre a Aroeira. *Revista Farmacêutica (São Paulo)*, vol.1, n.01, maio de 1895.

SCHPUN, Mônica Raissa. *Les Années Folles à São Paulo: Hommes et Femmes au temps de La explosion urbaine (1920 -1929)*. Paris:Éditions L'Harmattan, 1997.

Seleção – Escola de Pharmacia. *A Mensageira Revista Literária dedicada à Mulher Brasileira*. São Paulo, vol.02, n.26, março de 1899.

SILVA, Márcia Regina Barros da. *O Laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)*. FioCruz: Rio de Janeiro, 2014.

STENGERS, Isabelle. L'Étoffe Du Chercheur. In: Stengers, Isabelle. *Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*. Paris: La Découverte, 2013.

VARGAS, Eduardo. Gabriel Tarde e a Diferencia Infinitesimal. In: TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.